

1. Introdução

- 1.1. Esta política de investimentos é o instrumento que norteia a alocação dos recursos garantidores do perfil conservador do Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído.
- 1.2. Nela estão definidos os segmentos onde são aplicados os recursos, os objetivos e referenciais (benchmarks) de rentabilidade, os limites de aplicação em cada segmento, os riscos a que esses investimentos podem se sujeitar e as regras prudenciais seguidas na gestão financeira do perfil conservador do Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído.
- 1.3. Por se tratar de um instrumento legal, todos os limites definidos se sujeitam às restrições emanadas da norma resolução CMN nº 4.661/2018 e instrução Previc nº 06/2018.
- 1.4. A política de investimentos explicita a estratégia a ser seguida na aplicação dos recursos no curto, médio e longo prazo, sendo por isso, documento de fundamental importância para todos os públicos interessados da instituição.

2. Sobre a Entidade

- 2.1. A Fundação Sicoob de Previdência Privada (Fundação), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, instituída sob a forma de Fundação. Tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, regendo-se por seu estatuto, legislações em vigor e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo.

3. Objetivo da Política

- 3.1. Esta política de investimentos foi elaborada levando em consideração o regulamento do plano, o estatuto da fundação e a resolução CMN nº 4.661/2018 e instrução previc nº 06/2018 e alterações posteriores.
- 3.2. Funções da Política de Investimentos
 - 3.2.1. Este documento estabelece a forma como os recursos do perfil conservador do Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído devem ser investidos nos próximos 5 anos, ou seja, de 2020 a 2024.
 - 3.2.2. Ela foi elaborada para assegurar e garantir a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente dos ativos do perfil conservador do Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído. Os investimentos são selecionados de acordo com os critérios e definições das seções seguintes e obedecendo a legislação em vigor (Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN/nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e Instrução Previc nº 6 de 14 de novembro de 2018) e alterações posteriores.
 - 3.2.3. Esta política passa a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2020.

4. Cenário macroeconômico

- 4.1. Para montar a estratégia de investimentos, a Fundação Sicoob Previ se baseia nas projeções fornecidas pelo Tendência Consultoria, a qual presta esse serviço ao Sistema Sicoob, mais especificamente ao patrocinador Bancoob.
- 4.2. Essas projeções são atualizadas semanalmente com as expectativas de curto prazo. As de longo prazo são revistas trimestralmente.
- 4.3. Segue o cenário macroeconômico básico (realista), otimista e pessimista para planejamento dos próximos 5 anos:

Cenário Básico/Realista – Probabilidade de Ocorrência: 60%

Variável	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Δ% real do PIB	0,9%	1,8%	2,4%	2,3%	2,9%	3,0%
Taxa Selic (média)	6,0%	5,0%	5,7%	7,0%	7,0%	7,0%
Taxa Selic (fim de período)	4,50%	4,25%	6,00%	6,50%	7,00%	7,00%
IPCA	3,8%	3,9%	3,7%	3,4%	3,4%	3,3%
Resultado primário (% do PIB)	-1,7%	-1,2%	-0,5%	-0,2%	0,3%	0,7%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF % do PIB)	16,1%	16,5%	17,0%	17,5%	17,9%	18,2%
Crédito total (% PIB)	47,9%	48,5%	49,0%	49,5%	49,6%	49,8%
R\$/US\$ (média)	3,92	3,94	3,87	3,88	3,94	3,93
Taxa de juros de longo prazo (TLP % média)	6,1%	5,9%	6,3%	6,5%	6,6%	6,7%

FONTE: Tendência Consultoria

Cenário Otimista – Probabilidade de Ocorrência: 10%

Variável	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Δ% real do PIB	1,3%	2,3%	3,4%	3,2%	3,8%	4,0%
Taxa Selic (média)	6,00%	5,00%	6,25%	6,50%	6,50%	6,5%
Taxa Selic (fim de período)	5,00%	5,00%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
IPCA	3,7%	3,7%	3,6%	3,4%	3,6%	3,5%
Resultado primário (% do PIB)	-1,5%	-0,8%	0,2%	1,1%	1,4%	1,7%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF % do PIB)	16,0%	16,5%	17,3%	18,0%	18,7%	19,3%
Crédito total (% PIB)	46,4%	47,5%	48,6%	49,8%	51,0%	52,7%
R\$/US\$ (média)	3,86	3,25	3,23	3,23	3,20	3,15
Taxa de juros de longo prazo (TLP % média)	5,9%	5,9%	6,1%	6,0%	6,0%	6,0%

FONTE: Tendência Consultoria

Política de Investimentos – Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído – Perfil Conservador
Cenário Pessimista – Probabilidade de Ocorrência: 30%

Variável	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Δ% real do PIB	0,5%	0,7%	-1,3%	-0,5%	1,5%	1,8%
Taxa Selic (média)	6,1%	5,8%	7,5%	7,5%	7,5%	7,0%
Taxa Selic (fim de período)	5,5%	7,0%	7,5%	7,5%	7,5%	7,00%
IPCA	3,9%	3,9%	3,8%	3,3%	3,4%	3,7%
Resultado primário (% do PIB)	-1,9%	-2,0%	-2,5%	-2,7%	-2,1%	-1,6%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF % do PIB)	15,8%	15,7%	15,3%	15,1%	15,2%	15,4%
Crédito total (% PIB)	45,6%	45,4%	45,6%	44,8%	44,4%	44,7%
R\$/US\$ (média)	3,99	4,40	4,56	4,58	4,44	4,48
Taxa de juros de longo prazo (TLP % média)	6,5%	8,3%	8,9%	9,1%	9,5%	9,3%

FONTE: Tendência Consultoria

- 4.4. A análise das variáveis acima apresenta, nos três cenários para o curto prazo (anos de 2020 e 2021), quadro de estabilidade macroeconômico para o período, com inflação controlada, juros básico e câmbio estáveis, investimento na economia na casa dos 17% do PIB, longe, portanto, do desejável 25%, o qual levaria ao crescimento do PIB de 3% ao ano ou mais, e crédito em relação ao PIB na faixa dos 48%.
- 4.5. Esse cenário melhorou em relação à projeção analisada em 06/2011, em decorrência dos fundamentos melhores no momento atual. Neste contexto, a probabilidade de ocorrência do cenário básico (realista) subiu de 55 para 60% e do cenário pessimista caiu de 35 para 30%
- 4.6. Como já vem ocorrendo nas projeções das grandes instituições, inclusive da Tendência Consultoria, as expectativas com relação à taxa de juro básica (SELIC) são baixistas para o período observado.
- 4.7. No relatório FOCUS do Banco Central de 14/11, que é um apanhado médio das projeções mercado, a sinalização é, também, para mais uma queda 0,5% pp da taxa, na próxima reunião do COPOM de dezembro/2019, superando a mínima histórica atual de 5% aa, definida na reunião de outubro.
- 4.8. Especificamente, as expectativas de Crescimentos do PIB e de Resultado Primário pioraram no cenário básico nas projeções realizadas no final de 2018 para 11/2019, nesse ano (2019) e para 2020, não obstante uma melhora no horizonte para os 5 anos, nesta última projeção.
- 4.9. Como medida contra cíclica, para estimular o crescimento econômico, e em vista da estabilidade da inflação no período, o Banco Central tem baixado a taxa SELIC, a qual conforme já apontado acima, encontra-se em sua mínima histórica, devendo cair ainda mais. Comparando a projeção da Taxa SELIC (Fim de período) na projeção da Tendência Consultoria do fim de 2018 para as atuais, no cenário básico, tem-se:

Política de Investimentos – Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído – Perfil Conservador
Cenário Básico (Realista): Taxa Selic

Projeção para a taxa SELIC	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Fim de 2018	7,8%	8,3%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
06/2019	6,00%	5,75%	7,50%	7,50%	7,50%	7,25%
11/2019	4,50%	4,25%	6,00%	6,50%	7,00%	7,0%

- 4.10. Em vista dessa mudança nas projeções, os investimentos da Fundação Sicoob Previ, deverão assumir maior risco, inclusive porque, configura-se uma alteração nos prêmios de risco esperados dos títulos públicos federais, demonstrado na relação Taxa SELIC x IPCA, conforme tabela a seguir:

Cenário Básico (Realista): Prêmio de Risco de Títulos Público Federal

Prêmio de risco dos TPF's	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Fim de 2018	3,55%	4,34%	3,86%	3,97%	4,07%	3,76%
06/2019	2,24%	1,78%	2,41%	3,81%	3,95%	3,62%
11/2019	2,12%	1,06%	1,93%	3,48%	3,48%	3,58%

- 4.11. A melhoria nas expectativas gerais, relaciona-se à votação em dois turnos da reforma da previdência na câmara e no senado e sua promulgação em 12/11, não obstante a economia esperada para 10 anos, entre o projeto apresentado ao Congresso e o aprovado, tenha caído 25%, de R\$ 1 trilhão para R\$ 750 bilhões.
- 4.12. O entendimento do mercado em relação a esse fato é de que a questão fiscal está endereçada e, portanto, espera-se melhoria da performance fiscal do governo, em todos os níveis, no longo prazo, inclusive por conta da PEC do teto dos gastos (Emenda Constitucional 95), aprovada no governo anterior, que restringe por 20 anos a expansão do gasto público à variação da inflação.
- 4.13. Consequentemente, as expectativas relacionadas ao resultado primário do orçamento melhoraram do fim de 2018 até 11/2019, conforme abaixo apresentado. Na análise anterior, chamávamos atenção para esta incoerência, com projeção de piora no resultado primário e de redução dos prêmio de risco:

Cenário Básico (Realista): Déficit Primário

Resultado primário (% do PIB)	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Fim de 2018	-1,60%	-0,90%	-0,20%	0,20%	0,60%	0,6%
06/2019	-1,69%	-1,17%	-0,54%	-0,27%	0,04%	0,4%
11/2019	-1,7%	-1,2%	-0,5%	-0,2%	0,3%	0,7%

- 4.14. A reforma da previdência não é suficiente para alavancar o crescimento econômico, visto que é consenso a necessidade da reforma tributária, da reforma política e da reforma administrativa, para mudar estruturalmente a sustentação das unidades federativas.
- 4.15. Por outro lado, as quedas recordes da SELIC estão levando a um grande fluxo de aplicações para renda variável, forçando pelo lado da demanda o aumento do IBOVESPA, que atingiu níveis recordes também.

- 4.16. Ademais, deve-se ressaltar a questão política que, no governo atual, encontra-se bastante instável, em vista da inexistência de base parlamentar de apoio e das brigas internas no partido que elegeu o atual presidente da república, qual seja, o PSL (Partido Social Liberal).
- 4.17. No front internacional, a guerra comercial entre Estados Unidos e China imprimem incerteza sobre o crescimento global. Especificamente a economia americana apresenta crescimento robusto e mercado de trabalho em pleno emprego, tendo o FED (Banco Central Americano) emitido sinais de que não aumentará a taxa de juros básica dessa economia, em vista do comportamento regular da inflação.
- 4.18. Nesse quadro, deverá prevalecer na aplicação dos recursos garantidores do Planos administrados pela Fundação, como de praxe, o conservadorismo, atentando para a máxima do momento, que é a diversificação e a tomada de mais risco.
- 4.19. Buscando maximizar a rentabilidade dos planos, o entendimento do Gestor e da área financeira da Fundação é encaminhar as alocações, nos próximos 5 anos, da seguinte maneira:

Cenário/segmento	Pós DI Instituição financeira	Pós DI Debênture	Inflação (TPF / TP)	Estruturados	Renda Variável	Pré
Básico	Estável	Aumento	Aumento	Aumento	Aumento	Estável
Otimista	Redução	Redução	Aumento	Aumento	Aumento	Aumento
Pessimista	Aumento	Aumento	Redução	Redução	Redução	Estável

- 4.20. As expectativas de retorno real dos investimentos nos 3 cenários e nos três perfis de investimentos para o período analisado são:

Cenário Básico (Realista): Retorno Real dos Investimentos

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Perfil Conservador	2,12%	1,06%	1,93%	3,48%	3,48%	3,58%
Perfil Moderado	2,92%	1,95%	2,76%	4,19%	4,19%	4,29%
Perfil Arrojado	3,72%	2,85%	3,58%	4,89%	4,89%	4,99%

Cenário Otimista: Retorno Real dos Investimentos

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Perfil Conservador	2,22%	1,25%	2,56%	3,00%	2,80%	2,90%
Perfil Moderado	5,50%	4,63%	5,82%	6,24%	6,03%	6,14%
Perfil Arrojado	8,78%	8,00%	9,07%	9,48%	9,27%	9,37%

Cenário Pessimista: Retorno Real dos Investimentos

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Perfil Conservador	2,12%	1,83%	3,56%	4,07%	3,97%	3,18%
Perfil Moderado	1,90%	1,64%	3,21%	3,71%	3,61%	2,87%
Perfil Arrojado	1,68%	1,45%	2,85%	3,35%	3,25%	2,57%

- 4.21. A indicação principal dessa análise é que prevalecerá o cenário macroeconômico básico e que as condições atuais da economia requerem cautela, até que as condições políticas se estabilizem, possibilitando a definição de projeções e ou cenários mais assertivos.

5. Do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e Do Administrador Responsável pela Gestão de Riscos

- 5.1. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), Sr. Ricardo Amorim Hermes, o qual é também Diretor Financeiro da Entidade, deve:
- a. Cumprir e fazer cumprir os princípios, limites e disposições regulamentares e desta Política de Investimentos;
 - b. Acompanhar e monitorar o desempenho das carteiras de investimentos da Fundação;
 - c. Certificar-se de que as funções de Administração, Gestão e Custódia sejam segregadas, de acordo com a legislação vigente;
 - d. Evitar condições de conflito de interesses entre a Fundação, os Patrocinadores e Instituidores;
 - e. Zelar pela promoção de altos padrões éticos na condução das operações relativas à aplicação dos recursos deste perfil de investimento;
 - f. Responder administrativa, civil e criminalmente pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos da Fundação, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações desses recursos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos diretores da Fundação e respectivos Gestor(es) de Recursos e Custodiante;
 - g. Propor alterações na presente Política de Investimentos sempre que ela ferir disposições legais vigentes, ou impossibilitar a obtenção dos desejados padrões técnicos e éticos;
 - h. Comprovar capacitação e conhecimento técnico financeiro através de certificação por Entidade de reconhecido mérito no mercado nacional.
 - i. Coordenar as atividades do Comitê de Investimento da Fundação Sicoob Previ (COMIN) nos termos do seu regulamento.
- 5.2. O Administrador Responsável pela Gestão de Riscos, Sr. Ricardo Amorim Hermes, deve:
- a. Monitorar todos riscos, conforme definidos nessa política, de investimentos;
 - b. Zelar pelo cumprimento de alto padrão de governança na entidade e na realização dos investimentos;
 - c. Responsabilizar-se frente ao custodiante pelo apreçamento dos papéis das carteiras administradas deste perfil de investimento;
 - d. Responsabilizar-se frente ao administrador de recursos pelos riscos incorridos nas operações, sejam de quaisquer naturezas, garantindo o estrito respeito aos limites impostos nessa política;

Política de Investimentos – Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído – Perfil Conservador

- e. Acompanhar a maturação dos títulos e sempre que observado alterações da situação de risco, apontar a regularização e o enquadramento das carteiras administradas;
- f. Vetar operações que não estejam em consonância com os limites definidos nessa política;
- g. Participar das reuniões do COMIN da Fundação.

6. Da Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços Relacionados à Administração de Carteiras de Valores Mobiliários

- 6.1. A Entidade primará pela seleção de prestadores de serviços qualificados e comprovadamente experientes (certificado) nas respectivas atividades de administração e gestão de investimentos, custódia e acompanhamento de risco.
- 6.2. Os pilares da seleção compreenderão a maximização dos retornos e a otimização dos custos, observando os riscos envolvidos na gestão deste perfil de investimento aprovados pelo Conselho Deliberativo.
- 6.3. Para tanto, buscar-se-á ganhos de escala e escopo na gestão dos recursos garantidores deste perfil de investimentos.
- 6.4. Não obstante aos pilares supracitados, a Fundação garantirá a não existência de conflito e/ou alinhamento de interesses, fazendo a monitoração diária de todas operações.

7. Diretrizes da Política de Investimentos

7.1. Por se tratar de plano de benefício de contribuição definida, a Fundação deve compor sua política de investimentos visando assumir riscos de longo prazo sempre no sentido de garantir a maximização dos resultados para o benefício de aposentadoria dos participantes.

7.2. Objetivo de Retorno de Longo Prazo para Fundação

7.2.1. Esta política (através da definição dos mandatos, *benchmarks*, carteiras e fundos) visa obter, no médio e longo prazo, retornos superiores aos *benchmarks* referenciados (líquido de todas e quaisquer taxas).

7.2.2. Cada gestor de recursos terceirizado poderá ter um mandato/regulamento e *benchmark* específicos que podem diferir dos objetivos aqui expostos.

7.3. Série histórica das rentabilidades

7.3.1. As rentabilidades do perfil conservador em relação ao IPCA e ao CDI nos últimos 5 anos, por ano e acumulada são as seguintes:

	2015	2016	2017	2018	2019 ²
Rentabilidade nominal anual	14,22%	14,49%	10,16%	6,71%	5,32%
Rentabilidade nominal acumulada	14,22%	30,76%	44,06%	53,73%	61,94%
Rentabilidade real anual ¹	3,17%	7,72%	7,01%	2,86%	2,68%
Rentabilidade real acumulada ¹	3,17%	11,13%	18,92%	22,32%	25,59%
%T do CDI anual	107,24%	103,50%	102,41%	104,53%	102,91%
%T do CDI acumulado	107,24%	105,68%	105,08%	105,26%	105,26%

¹ Em relação ao IPCA

² Atualizado até outubro/2019

7.4. Macroalocação do perfil conservador do Plano Multi-Instituído.

7.4.1. Resumo dos limites de aplicação por segmento e meta de rentabilidade por segmento e do perfil.

Segmento de Aplicação	Meta de Rentabilidade	Limite Inferior	Limite Superior
Renda Fixa	Superar o CDI	92,00%	100,00%
Imobiliário	150% do CDI	0,00%	5,00%
Investimento Estruturado	180% do CDI	0,00%	3,00%
Meta do Perfil		Superar o CDI	

7.4.2. Para a Política de Investimento 2020-2024 o benchmark estabelecido para o perfil conservador é: Superar o CDI.

7.5. Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

7.5.1. Mercado:

- a. O risco de mercado considera o PL total da carteira, independente do segmento de aplicação, e observa as métricas de monitoramento e os limites destacados no quadro abaixo.

Métricas de Monitoramento	VaR / NC 95% / HP 21 dias úteis
Limite de Risco	1% do PL
Limite de Risco - Estresse	3% do PL
<i>Duration</i>	10.950 dias (30 anos)

NC = Nível de Confiança

HP = Horizonte de Tempo

PL = Patrimônio Líquido

- b. O cenário de estresse é construído baseado (i) na simulação histórica da pior variação dos preços e taxas de mercado apurada nos últimos 10(dez) anos e aplicada ao valor presente da carteira e (ii) em 1(um) cenário econômico de alta e 1(um) de baixa, disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dada uma mudança de comportamento na taxa de juros.

7.5.2. Crédito:

- a. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Fundação utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadora de risco em funcionamento no País.
- b. A tabela a seguir sintetiza a ideia de maior controle nos limites de contraparte e na qualidade do crédito e deixa claro quais são os níveis considerados como de grau de investimento de risco de crédito para Fundação.

Agência de Classificação de Risco de Crédito	Ratings Considerados de Baixo Risco de Crédito Não-Bancário e Bancário pela SICOOB PREVI - Notas de Longo Prazo na Escala Nacional
Moody's Investors	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br
Standard & Poor's	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
Fitch Rating	AAA(bra), AA+(bra), AA(bra), AA-(bra), A+(bra), A(bra), A-(bra)

- c. No caso de instituição financeira e não financeira avaliada por mais de uma entidade classificadora de risco, considerar-se-á, por conservadorismo, o rating de pior classificação.
- d. Nos casos em que não houver rating atribuído às instituições financeiras e não financeiras, estas serão automaticamente enquadradas como grau especulativo, não sendo permitido a aplicação nessas instituições.

7.5.3. Liquidez:

- a. Para fazer face às obrigações financeiras com o pagamento de benefícios e resgates, a Fundação manterá em liquidez primária, no mínimo, o percentual apurado pela área de gestão de riscos contratada pelo Sicoob Previ, constante de estudo técnico de apuração do Limite Mínimo de Liquidez encaminhado e aprovado trimestralmente pela Diretoria Executiva.
- b. O administrador dos recursos tomará conhecimento da atualização do limite mínimo de liquidez, caso aprovado pela Diretoria Executiva, por meio de correspondência formal encaminhada pela Fundação.

- c. A liquidez primária será composta por títulos públicos federais, títulos privados que possuam cláusula de recompra ou liquidação antecipada registrada em câmara de liquidação e custódia.
- d. Os títulos citados acima não poderão estar vinculados a compromissos de margem, cedidos fiduciariamente, caucionados, subordinados, bem como classificados como mantidos até o vencimento.

7.5.4. Operacional:

- a. A Fundação registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.
- b. A Fundação adota a Política de Gestão de Risco Operacional do Sicoob.

7.5.5. Legal:

- a. Como forma de gerenciar o risco legal, a Fundação avaliará todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de investimentos da Fundação além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

7.5.6. Sistêmico:

- a. Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Fundação procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

7.5.7. Política para uso de derivativos

- a. A Fundação estabelece que, para a realização de operações com derivativos, devem ser obedecidos os limites e todas as condições e controles necessários para atuação nos correspondentes mercados de renda fixa e de renda variável estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661 e alterações, neste documento e demais legislações aplicáveis. Elas só podem ser realizadas com a finalidade de promover proteção (hedge) em relação às posições detidas no mercado à vista de ativos integrantes das carteiras deste perfil. Todas as operações de derivativos (Swap, Futuro, Termo e Opções) devem ser garantidas por Bolsa de Valores ou de Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros de São Paulo). Não serão permitidas operações de derivativos para fins de alavancagem e operações a descoberto.

8. Separação de Responsabilidades e Objetivos Associados aos Mandatos

- 8.1. Não obstante as exigências normativas relacionadas a gestão de investimento, a Fundação Sicoob Previ adota estrutura gerencial de mandatos para monitoramento e realização dos investimentos.
- 8.2. O mandato refere-se aos limites de atuação de cada um dos prestadores de serviços relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários e da própria Fundação Sicoob Previ.
- 8.3. Na tabela abaixo define-se os mandatos dos agentes participantes do processo de gestão de investimentos.

Agente	Atividade	Mandato
Bancoob DTVM	Administração e Gestão de Recurso	Compete a Bancoob DTVM a administração e gestão dos recursos garantidores do Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído, conforme previsto em contrato de prestação de serviços.
Bancoob	Custódia de Títulos	Compete a Bancoob (SUOPE/Geref) a custódia e liquidação dos títulos e valores mobiliários, bem como a sua precificação conforme previsto em contrato de prestação de serviços.
Bancoob	Acompanhamento de Risco	Compete a Bancoob (SURIS/Gerim) o acompanhamento diário dos riscos de mercado, liquidez e sistêmico dos títulos e valores mobiliários mantidos em carteira própria e/ou fundo de investimento nos termos da legislação vigente conforme previsto em contrato de prestação de serviços.
Bancoob	Controle Interno	Compete a Bancoob (SURIS/Gecin) o acompanhamento permanente dos riscos operacionais e legais das atividades da Fundação Sicoob Previ, mormente no que se refere à governança dos investimentos conforme previsto em contrato de prestação de serviços.
Fundação Sicoob Previ	Administração de Recursos Previdenciários e Alocação Por Perfil de Investimento	Compete ao Comitê de Investimento da Fundação Sicoob Previ (COMIN) aprovar a realização dos investimentos propostos pelo administrador no âmbito do seu regulamento, tendo, portanto, o poder de veto sobre as aquisições, observando também, o contrato de prestação de serviços, o regulamento dos planos e essa política de investimentos.

- 8.4. Os respectivos mandatos quando delegado a terceiros são amparados por instrumentos contratuais. Quando da Fundação, previstos em seus normativos internos.

9. Conflitos de Interesse e Responsabilidades

9.1. Agentes Envolvidos

- 9.1.1. A Fundação (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria);
- 9.1.2. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado;
- 9.1.3. Administrador Responsável pela Gestão de Riscos;
- 9.1.4. O(s) Administrador(es) de carteiras e fundos de investimento;
- 9.1.5. Qualquer funcionário, agente ou terceiro envolvido na prestação de serviços relacionados à gestão de recursos da Fundação.

9.2. Conflito de Interesses

- 9.2.1. Nenhum dos agentes, acima listados, pode exercer seus poderes em benefício próprio ou de terceiros. Não pode, também, se colocar em situações de conflito ou de potencial conflito entre seus interesses pessoais, profissionais, da Patrocinadora e deveres relacionados à gestão dos recursos;
- 9.2.2. Os agentes, acima listados, devem expor qualquer associação direta, indireta ou envolvimento que poderiam resultar qualquer percepção atual ou potencial de conflito de interesses em relação aos investimentos.

9.3. Procedimento do Disclosure

- 9.3.1. Os agentes, acima listados, devem:
 - a. Revelar à Fundação de forma escrita a natureza e a extensão de seus potenciais conflitos para fins de gerenciamento prévio de potenciais conflitos de interesses;
 - b. Manter a Fundação atualizada sempre que constatar a ocorrência de um potencial conflito de interesse.

9.4. A Fundação deverá solicitar aos seus prestadores:

- 9.4.1. Documento comprobatório que ateste a situação de potenciais conflitos de interesses;
- 9.4.2. Ajustar os contratos de seus prestadores para que atendam aos requisitos dispostos neste capítulo.

10. Responsabilidade Social, Ambiental e Práticas de Boa Governança

- 10.1. A Fundação, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Fundação observar e zelar por esses princípios.
- 10.2. Aos gestores de recursos da Fundação recomenda-se, fortemente, observar esses princípios na hora de selecionar os investimentos que são feitos com os recursos desse perfil de investimento, alocando-os, preferencialmente, em empresas que reconhecidamente incorporam em suas atividades elevados valores sociais e ambientais, além de adotarem altos padrões de governança corporativa e transparência em suas operações.

Brasília, 05 de dezembro de 2019

CONSELHO DELIBERATIVO

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu
Conselheiro Presidente

Maria Luísa Lasarim
Conselheiro

Jorge Lopes Santos
Conselheiro

CONTROLE DE ATUALIZAÇÕES

Data	Resolução Sicoob Previ		Referência
	Acesso Interno	Acesso Externo	
11/12/2019	038	038	Atualização da Política.
11/7/2019	037	037	Implantação da Política.